



**Apêndice ao Relatório final da consultoria para
constituição de Parcerias para a Coesão Não
Urbanas**

**Integração dos contributos da Consulta Pública
efetuada em janeiro 2024 | CCDR Alentejo**

abril 2024



Conteúdo

Conteúdo	2
Enquadramento	3
Comentários finais	7
ANEXO I – Lista de entidades/ pessoas que apresentaram contributos por escrito para o processo de consulta pública (por ordem alfabética)	9
ANEXO II - Contributos apresentados por entidade/pessoa	10

Enquadramento

A CCDR Alentejo promoveu um processo participativo e de auscultação dos parceiros locais, no desenho das parcerias para a coesão não urbana – Alentejo2030. Decorreu entre setembro e dezembro de 2023. Foi dinamizado pela A.Cidrais GPI.

Foi um processo de auscultação, negociação e estabelecimento de entendimentos comuns. Revelou as disponibilidades e os anseios em relação aos processos de desenvolvimento local na perspetiva das «Parcerias para a Coesão Não Urbana» (em territórios de baixa densidade) e o modo como estes podem ser enquadrados positivamente no âmbito do Programa Regional Alentejo 2030.

No dia 13 de dezembro, em Évora, foram apresentados os resultados deste trabalho de auscultação, expresso no «Relatório Final das Parcerias para a Coesão Não Urbanas no Alentejo 2030», prestados esclarecimentos e debatidas algumas propostas de melhoria da reflexão. Considerou-se pertinente iniciar um processo informal de consulta pública, em torno deste documento. Esta consulta foi realizada através de meios digitais.

O referido relatório foi disponibilizado no endereço

<https://alentejo.portugal2030.pt/2023/12/22/consulta-publica-ao-relatorio-final-das-parcerias-para-a-coesao-nao-urbana/> entre os dias 15 de dezembro de 2023 a 22 de janeiro de 2024.

Refira-se que o Relatório Final «realça o carácter participativo do processo de definição das Parcerias para a Coesão Não Urbanas no âmbito do Alentejo 2030, salientando o interesse dos momentos de discussão promovidos e o envolvimento dos principais atores e partes interessadas. Reconhece a qualidade do relatório colocado em consulta pública, enquanto repositório fidedigno do processo participativo, dos contributos nos workshops, do resumo dos momentos de auscultação e de reflexão presencial e online (assim como do detalhe, nos anexos).», de acordo com opinião expressa de vários intervenientes.

Neste processo de consulta por via digital, foram recebidos 11 contributos 4 dos quais a nível individual (36%) e 7 em representação de entidades do território (64%).

No sentido de os integrar no processo reflexivo de base coletiva, a equipa de consultoria realizou um conjunto de destaques, sobre os quais se pronuncia e apresenta sugestões de incorporação no trabalho reflexivo de base coletiva, desenvolvido até ao momento.

Para tal, será adicionada uma componente (apêndice) de crítica reflexiva e construtiva a esse mesmo relatório, que permitirá a integração destas propostas em sede de decisões sobre o processo das Parcerias para a Coesão Não Urbanas no Alentejo 2030.

Análise e Ponderação dos Contributos Acolhidos

A análise da relevância e aplicabilidade das participações foi efetuada individualmente na tabela apresentada em seguida, sendo a respetiva ponderação avaliada nos seguintes termos:

- a). Aceite (A), quando o contributo constitui uma mais-valia para a proposta de Plano de Valorização;
- b) Parcialmente Aceite (PA), quando apenas parte do contributo constitui valor acrescentado para a proposta de Plano, não sendo passível de integração integral;
- c) Não Aceite (NA), quando o contributo não é passível de integração ou não constitui uma mais-valia para a proposta de Plano de Valorização;
- d) Fora de Âmbito (FA), quando o contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta de Plano de Valorização.

As duas primeiras classificações (Aceite e Parcialmente Aceite) foram definidas como razões de melhoria da proposta inicial do Relatório final.

#	Identificação	Comentários & Propostas	Observações & Sugestões	Ponderação** & Acolhimento	
1	Adolfo Chautón Pérez	Processo participativo de avaliação e seleção dos projetos - ponderação cruzada entre entidades	Inovação disruptiva, pertinente aprofundar através de laboratório participativo de <i>design thinking</i> (sugestão)	PA	Modelo sugerido interessante mas complexo, ponderar alternativas
		Obrigatoriedade dos projetos dinamizarem ecossistema de empreendedorismo rural	Pode ser enriquecedor da qualidade dos desafios, sem ter caráter de obrigatoriedade	PA	Ponderar utilização de mecanismo de majoração
		Criar sistema simples de monitorização e acompanhamento de impacto, alinhado com linhas estratégicas do Alentejo/ Portugal/ Europa/ Mundo	Ideia/proposta relevante	PA	Pensar em modo viável de concretizar
2	António André Pinto Matoso Pereira	Conversão de património devoluto em habitação para estudantes	Não podemos criar Operações que não estejam no programa, a habitação é um desses casos.	FA	
		Criar circuitos turísticos de aldeias integradas (cooperação com agências de viagens)	Propostas operacionais concretizáveis	A	Sugerir em sede de lançamento de avisos agregar em mecanismos de majoração específica
		Fomentar ligação com entidades de apoio a idosos			
3	António Frazão	Aldeia de Chãos e a Cooperativa Terra Chã reconhecidas como bom exemplo de inovação sócio- territorial, merecedora de reconhecimento e apoio nas condições de desenvolvimento e sustentabilidade	Não se considera pertinente conferir qualquer benefício de concorrência por estes motivos.	FA	Todavia poderá ser exemplo inspirador em sede de lançamento de aviso e concorrer com propostas de projetos
4	António José Candeias Martins	Criação de rede de suporte, articulação e animação, constituída fora da alçada da CCDR Alentejo	Concorda-se com a promoção da autonomia criativa e compromisso de todos os agentes envolvidos	PA	Proposta para ponderar
		Planos de desenvolvimento local e rede de aldeias de inovação devem contemplar medidas e ações de capacitação de agentes e valorizar processos	Concorda-se na íntegra com esta proposta	A	Centralidade essencial para criar mecanismos de majoração
5	Bernardo Veloso Mota de Barros	Nada adicional a mencionar	Não se aplica	FA	-
6	Daniel Coelho	Ligação entre gestão do desenvolvimento do território e digitalização e alterações climáticas	Relevante, mas demasiado genérico	PA	Ter em conta ao operacionalizar
		Busca de melhores práticas de governação local inovadora e colaborativa no desenvolvimento territorial			
		As intervenções territoriais devem ter por base as melhores experiências atuais de promoção de uma governação local inovadora e que envolva todos nos processos de desenvolvimento. Constituição de uma entidade, representativa do movimento local associativo	Reconhece-se a importância de desenvolver um processo participativo alargado.	PA	Potencial criação de uma rede estruturada incluindo as participações relevantes do associativismo local
7	Florbela Amaro Jorge Salvador	Maior abrangência de redes supramunicipais de apoio e incentivos à fixação e capacitação do capital humano nos territórios de baixa densidade, valorizando recursos endógenos.	Relevância destas propostas foi trabalhada nos momentos participativos presenciais e online	PA	Enquadra-se no âmbito da proposta apresentada

8* 9*	Isabel Bendito Luis Chaves	Assumir centralidade das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), propostas pelos GAL e aprovadas pelo comité de seleção, com participação ativa da CCDDR-Alentejo.	Entendendo as EDLs como estruturas valiosas para o desenvolvimento local, a sua qualidade é divergente, não deve ser garantia direta de escolha, requer reflexão coletiva.	NA	-
		Abordagem integrada, correspondente ao nível 2 – “Planos de desenvolvimento local (supraconcelhios)” deve ser operacionalizada através de convite exclusivamente dirigido aos GAL	Concorda-se com devido destaque aos GAL, discorda-se da exclusividade	NA	-
		Consórcio a constituir deve incluir obrigatoriamente GALs	Discorda-se da obrigatoriedade, por forma a não excluir outras entidades relevantes a nível regional, capazes de induzir inovação e novos processos de liderança	NA	-
		Apoio a micro intervenções (adotando mecanismos de custos simplificados), com enfoque na definição de soluções inovadoras e geradoras de novas competências, serviços e valor nos territórios, se ancoradas em estratégias de nível superior - coerência pode ser dada por planos de desenvolvimento local supraconcelhios	Partilha-se desta não delimitando horizontes apenas pelas EDLs. Pertinente a busca de fontes complementares de financiamento para maximizar pequenos projetos, e importância de adotar mecanismos de custos simplificados	PA	Impacto territorial dos micro projetos como elemento de majoração
		Adequada repartição das dotações financeiras, salvaguardando condições para retenção (e fixação) de competências e talento nos territórios, reforçando “ecossistema dos fundos” com impactos noutras dimensões do Alentejo 2030.	Partilha-se da perspetiva apresentada pela ESDIME/ FMT	A	Enquadra-se na proposta apresentada
10	Marta Cortegano	Discriminação da tipologia de promotor só deve acontecer se houver avaliação de resultados das ações destas entidades que provem a sua dinâmica no território e capacidade de colaboração e inovação ("idade não é posto")	Considera-se pertinente a reflexão apresentada	A	Sugere-se revisão dos termos propostos no relatório final
		Muitas das iniciativas disruptivas, que trazem pessoas e resultados inovadores no Alentejo, provêm de entidades relativamente novas no território - não as excluir	Concorda-se com estas perspetivas	A	Não será excluída a participação de entidades inovadoras não GAL, valorizando, todavia, as boas experiências dos GAL
		Interessante e justo considerar entidades e consórcios cuja equipa técnica comprovadamente demonstre competências, experiência e resultados na construção e implementação de EDLs em redes colaborativas e em inovação social, não exclusivamente os GAL			
11	Nuno Vaz da Silva	Ter em conta a capacidade de atração de investimento; de atrair pessoas; criatividade; acessos; oportunidades; perda de poder político	Contributo no campo do diagnóstico, refletindo ideias consensualizadas no processo de auscultação	FA	-

* participação

* participação

** **Aceite (A)**, quando o contributo constitui uma mais-valia para a proposta de Plano de Valorização; **Parcialmente Aceite (PA)**, quando apenas parte do contributo constitui valor acrescentado para a proposta de Plano, não sendo passível de integração integral; **Não Aceite (NA)**, quando o contributo não é passível de integração ou não constitui uma mais-valia para a proposta de Plano de Valorização; **Fora de Âmbito (FA)**, quando o contributo não tem enquadramento no âmbito da proposta de Plano de Valorização.

Comentários finais

Concluída a Consulta Pública e a subsequente análise das participações rececionadas, importa efetuar uma breve síntese das ilações a retirar deste processo.

Do ponto de vista quantitativo do conjunto das participações, importa notar satisfação com o seu número (um total de 11 participações), aspeto que valida o processo participativo e a sua importância para os atores locais. Por outro lado, convém referir a diversidade de participantes que efetivamente submeteram as suas contribuições, o que permite confirmar a amplitude dos atores chave sensíveis à oportunidade das Parcerias para a Coesão não Urbanas no Programa Alentejo 2030.

A análise qualitativa dos contributos recebidos ao longo desta Consulta Pública permite concluir que o documento foi objeto de uma análise detalhada por parte dos participantes, suscitando a produção de reflexões construtivamente críticas e com propostas concretas.

É de dar como consensual o manifesto acolhimento das propostas nos seus termos gerais e no reconhecimento do processo de participação.

De registar que das 23 observações e sugestões recebidas, 5 foram consideradas fora de âmbito, 2 não foram aceites por não concordância e falta de consensualidade, 6 foram aceites e 11 foram parcialmente aceites. Ou seja, a ponderação dos contributos rececionados representa 74% do total das propostas que se enquadram dentro do âmbito definido para esta Consulta Pública.

Assim, a Consulta Pública levada a cabo para a proposta do Instrumento Parcerias para a Coesão Não Urbanas deve ser entendida como mais um passo para uma dinâmica partilhada no âmbito do Programa Regional Alentejo 2030, assim como para um estreitamento e uma relação de maior proximidade aos cidadãos e demais entidades.

Neste enquadramento, as sugestões que foram classificadas como Aceite e Parcialmente Aceite serão propostas à Comissão Diretiva para serem consideradas na revisão do Relatório Final, a saber:

Propostas Aceites
1 - Sugerir em sede de lançamento de avisos agregar em mecanismos de majoração específica: ...Criar circuitos turísticos de aldeias integradas (cooperação com agências de viagens)
2 - Contemplar medidas e ações de capacitação de agentes e valorizar processos através de Planos de desenvolvimento local e rede de aldeias de inovação
3 - Repartir adequadamente as dotações financeiras, salvaguardando condições para retenção (e fixação) de competências e talento nos territórios, reforçando “ecossistema dos fundos” com impactos noutras dimensões do Alentejo 2030.
4 - Discriminar tipologia de promotor apenas se houver avaliação de resultados das ações destas entidades que provem a sua dinâmica no território e capacidade de colaboração e inovação ("idade não é posto")
5 - Não excluir entidades novas no território que podem trazer iniciativas disruptivas, pessoas e resultados inovadores
6 - Considerar entidades e consórcios cuja equipa técnica comprovadamente demonstre competências, experiência e resultados na construção e implementação de EDLs em redes colaborativas e em inovação social, não exclusivamente os GAL

Propostas Parcialmente Aceites

- 1 - Ponderar modelo alternativo, menos complexo para processo participativo de avaliação e seleção dos projetos - ponderação cruzada entre entidades: Criar rede de suporte, articulação e animação, constituída fora da alçada da CCDR Alentejo
- 2 - Ponderar utilização de mecanismo de majoração para projetos que dinamizem ecossistema de empreendedorismo rural
- 3 - Ponderar viabilidade de criar sistema simples de monitorização e acompanhamento de impacto, alinhado com linhas estratégicas do Alentejo/ Portugal/ Europa/ Mundo
- 4 - Ter em conta ao operacionalizar a ligação entre gestão do desenvolvimento do território e digitalização e alterações climáticas
- 5 - Ter em conta ao operacionalizar a busca de melhores práticas de governação local inovadora e colaborativa no desenvolvimento territorial
- 6 - Ponderar criação de uma rede estruturada a partir dos GAL sem excluir outras participações relevantes e representativas do movimento local associativo
- 7 - Conferir maior abrangência a redes supramunicipais de apoio e incentivos à fixação e capacitação do capital humano nos territórios de baixa densidade, valorizando recursos endógenos.
- 8 - Ponderar impacto territorial dos micro projetos como elemento de majoração

ANEXO I – Lista de entidades/ pessoas que apresentaram contributos por escrito para o processo de consulta pública (por ordem alfabética)

#	Nome	Entidade	Tipo de Participação
1	Adolfo Chautón Pérez	BoraBeirã - Marvão	Individual
2	António André Pinto Matoso Pereira	APA/ARH do Alentejo	Entidade
3	António Frazão	Cooperativa Terra Chã	Entidade
4	António José Candeias Martins	-	Individual
5	Bernardo Veloso Mota de Barros	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Entidade
6	Daniel Coelho	Câmara Municipal de Odemira	Entidade
7	Florbelá Amaro Jorge Salvador	Município de Vidigueira	Entidade
8*	Isabel Bendito	ESDIME	Entidade
9*	Luis Chaves	Federação Minha Terra	Entidade
10	Marta Cortegano	-	Individual
11	Nuno Vaz da Silva	-	Individual

* participação colaborativa entre entidades

ANEXO II - Contributos apresentados por entidade/pessoa

Contributos

Contributo 1

Nome: Adolfo Chautón Pérez

Tipo de participação: individual

Entidade: BoraBeirã – Marvão

Conteúdo: Muito obrigado pela abertura da oportunidade e parabéns pela coragem de tentar explorar novos mecanismos de ação. É um prazer partilhar convosco que a minha opinião pessoal é que este programa tem potencial para gerar projetos e dinâmicas muito interessantes para o futuro das zonas rurais e de todo o Alentejo. Aqui ficam os meus contributos:

- Relativamente ao processo de candidatura, e de forma a torná-lo mais participativo, a minha sugestão é que o processo de avaliação e seleção dos projetos seja também participativo. Por exemplo, todas as entidades candidatas poderiam definir uma % (poderia ser uma pequena percentagem de 1 a 3 pontos o um 3 %) do valor final com que os projetos serão selecionados. Uma forma simples de o fazer é, por exemplo, cada entidade candidata escolher os seus três projetos preferidos, atribuindo-lhes 3, 2 e 1 ponto de acordo com a preferência, e depois somar todas as avaliações e ponderar o valor a atribuir a cada projeto...

Sobre como construir um ecossistema de forma participativa, deixo-lhe também algumas ideias possíveis...

Uma delas é que no formulário de candidatura, seja obrigatório que pelo menos uma das ações previstas para cada projeto tenha como objetivo acolher, alimentar e fazer crescer o ecossistema de empreendedorismo rural como um todo: Por exemplo, organizar um encontro de gestores de todos os projetos, um *hackathon* de ideias para todos os empreendedores do ecossistema... o que quer que permita (e seja financiado) que cada iniciativa possa construir a sua individualidade, contribuindo pela construção coletiva do ecossistema todo.

Por último, considero interessante e fundamental alinhar a ação e o impacto que este ecossistema rural emergente pode gerar com as principais linhas estratégicas do Alentejo, de Portugal e das estratégias europeia (NEB + Pacto Rural) e global (ODS). Para este fim, seria interessante que o programa criasse um sistema simples de monitorização e acompanhamento de impacto que pudesse fornecer informações relevantes sobre as práticas, em termos de impacto, de cada projeto, mas que pudesse também refletir o impacto global do próprio ecossistema destas parcerias pela coesão não urbana.

Deixo aqui um link para uma ferramenta que foi projetada para isso, para apoiar processos de empreendedorismo mútuo, e que poderia perfeitamente ser um ponto de partida para projetarmos em conjunto o que estou falando.

<https://drive.google.com/file/d/1-IP4tIbinUinITRbnzTJ9dY6vVM67iNF/view?usp=sharing>

Nada mais, parabéns mais uma vez e muito obrigado por abrir a esperança para esse 2024 que agora chega!

Contributo 2

Nome: António André Pinto Matoso Pereira

Tipo de participação: entidade

Entidade: APA/ARH do Alentejo

Conteúdo: - Fomentar a utilização das habitações e edifícios devolutos/desocupados, para criar alojamento/residências para estudantes, podendo o transporte ser garantido pelos municípios.

- Incluir uma cooperação com agências de viagens para estabelecer circuitos turísticos das aldeias integradas nesta iniciativa e fomentar a ligação com instituições e/ou associações de apoio a idosos para promover pequenas estadias nestas aldeias.

- Criar circuitos ribeirinhos e de lazer associados a estas aldeias, onde aplicável.

Contributo 3

Nome: António Frazão

Tipo de participação: entidade

Entidade: Cooperativa Terra Chã

Conteúdo: A Cooperativa Terra Chã tem vindo ao longo de 30 anos desenvolvendo um projeto de desenvolvimento local baseado nos saberes locais e na participação das pessoas, com vista a criar um sentido de pertença da população da Aldeia de Chãos e criar as condições de base para fixação dos jovens na Aldeia.

Assim e dado a nossa experiência e trabalho de base desenvolvido, consideramos reunir as condições para integrar a rede de Aldeias de Inovação.

Contributo 4

Nome: António José Candeias Martins

Tipo de participação: individual

Conteúdo: O trabalho e o conjunto de propostas são meritórios.

O processo de consulta alargada e participativa foi bem desenhado e conduzido, demonstrando conhecimento real do território. Neste processo a incidência territorial foi parca, o que pode ter invalidado a participação de um conjunto mais alargado de cidadãos e representantes das entidades públicas e privadas do Alentejo, considerando também a centralidade das ações desenvolvidas.

A criação de uma rede de suporte, articulação e de animação é fundamental, sendo que deve ser constituída fora da alçada da CCDR Alentejo, ainda que considere que a mesma deve alocar pelo menos um recurso técnico para participação ativa, numa lógica de visão das políticas regionais.

Os planos de desenvolvimento local e a rede de aldeias de inovação devem contemplar medidas e ações de capacitação de agentes (sobretudo associativos) e valorizar os processos que incluem estratégias de educação e formação integradas, numa lógica da valorização das pessoas e grupos e melhoria dos níveis e qualidade da participação e estruturas de governança.

Contributo 5

Nome: Bernardo Veloso Mota de Barros

Tipo de participação: entidade

Entidade: Infraestruturas de Portugal, S.A.

Conteúdo: da leitura e análise efetuada ao documento em consulta pública verifica-se não haver contributos de relevo que o enriqueçam ou esclareçam. Desta forma nada mais existe a mencionar.

Contributo 6

Nome: Daniel Coelho

Tipo de participação: entidade

Entidade: Câmara Municipal de Odemira

Conteúdo: Não entendo esta coisa da ruralidade ser uma filosofia de vida... transversal a algumas parcelas do território... e que relação tem isso com contextos de digitalização e de alterações climáticas. Parece-me que o Alentejo, enquanto região, deve, sim, olhar para a digitalização e para as alterações climáticas como forma de gerir o desenvolvimento do território.

Apostar na inovação com base em experiências antigas? As experiências LEADER e EQUAL foram muito interessantes e positivas, mas que resultaram no que temos hoje. Importava referir que as intervenções territoriais devem ter por base as melhores experiências atuais de promoção de uma governação local inovadora e que envolva todos nos processos de desenvolvimento.

Esta proposta poderia ajudar à constituição de uma entidade, com base nos GAL da região, que representasse o movimento local associativo com as outras entidades.

Contributo 7

Nome: Florbela Amaro / Jorge Salvador

Tipo de participação: Entidade

Entidade: Município de Vidigueira

Conteúdo: O Plano de Ação deve enfatizar uma maior abrangência das redes de apoio e incentivos à fixação e capacitação do capital humano nos territórios de baixa densidade, quer através da valorização de recursos endógenos, mas igualmente mediante a estruturação de redes supramunicipais de reforço à atração do território, através de respostas inovadoras em termos de garantia de acessibilidade por parte da população aos serviços de interesse geral. De referir ainda a abordagem a iniciativas de dimensões de experimentação social e de inclusão em contexto não urbano.

Contributo 8 | 9 *

Nome: Isabel Bendito | Luís Chaves

Tipo de participação: entidades

Entidade: ESDIME e FEDERAÇÃO MINHA TERRA

Conteúdo: A ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Integrado no Alentejo Sudoeste, Crl., realça o carácter participativo do processo de definição das Parcerias para a Coesão Não Urbanas no âmbito do Alentejo 2030, salientando o interesse dos momentos de discussão promovidos e o envolvimento dos principais atores e partes interessadas. Reconhece a qualidade do relatório colocado em consulta pública, enquanto repositório fidedigno do processo participativo, dos contributos nos workshops, do resumo dos momentos de auscultação e de reflexão presencial e online (assim como do detalhe, nos anexos).

A análise da apresentação da proposta de programação merece um pouco mais de atenção e requer alguns pressupostos de enquadramento, que não devem ser ignorados.

O Governo português optou, na definição do Acordo de Parceria Portugal 2030, por não dar continuidade ao instrumento DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitário, de carácter plurifundos, tendo, no processo negocial com a Comissão Europeia, argumentado com a criação de um novo instrumento – as Parcerias para Coesão – no quadro das abordagens de desenvolvimento territorial e na prossecução do objetivo comunitário de alcançar “uma Europa mais próxima dos cidadãos”. Esta dimensão de “combate” ao eurocepticismo e a tendências extremistas, em especial nas zonas rurais, tão bem espelhada no relatório europeu sobre a “geografia do descontentamento”, não pode ser esquecida.

Este novo instrumento foi por diversas vezes assumido como complementar ao FEADER no quadro de atuação dos Grupos de Ação Local, com o objetivo de promover a coesão e competitividade territorial, assim como sendo, por natureza, a esfera para mobilizar a atuação dos atores de base local, reforçando a capacitação e a animação de iniciativas de desenvolvimento territorial, valorização de recursos e a emergência de novos atores e dinâmicas locais.

Estas dimensões foram recorrentemente enunciadas nos momentos de auscultação e reflexão presenciais e online no processo de auscultação e bem capturadas pelo consultor no relatório, nomeadamente no ponto “Apresentação da proposta de programação – Critérios e processos”.

No que concerne à “proposta de operacionalização”, a abordagem integrada subdividida em 3 níveis, requer alguns elementos de clarificação, assim como uma maior evidência da articulação entre estes níveis que, no entendimento da ESDIME, se pode alcançar assumindo a centralidade das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), entretanto, propostas pelos Grupos de Ação Local e aprovadas pelo respetivo comité de seleção, com a participação ativa da CCDR-Alentejo.

Relembra-se que o processo participado de construção destas EDL, apelou a diagnósticos territoriais e definição de linhas estratégias (já aprovadas) e operacionais (fase seguinte), que vão para além da capacidade de financiamento (em termos de amplitude das elegibilidades e das próprias disponibilidades financeiras) do FEADER no âmbito do PEPAC no Continente, que aliás dotou esta abordagem territorial com montantes muito próximos dos mínimos obrigatórios.

Os Grupos de Ação Local já reconhecidos no Alentejo já são, por sua vez, parcerias territoriais multi-actor e multisectoriais que respeitam amplamente os quesitos colocados aos consórcios mencionados no nível 2 - “Planos de desenvolvimento local (supraconcelhios)”.

Assim, a ESDIME considera que a abordagem integrada, correspondente ao nível 2 – “Planos de desenvolvimento local (supraconcelhios)” deve ser a dimensão central da operacionalização das Parcerias para a Coesão não Urbanas no Alentejo:

- Reconhecendo o valor das Estratégias de Desenvolvimento Local já aprovadas como ponto de partida para os planos de desenvolvimento local a propor;
- Rentabilizando a energia e os esforços canalizados para a elaboração destas EDL, potenciando a possibilidade de se materializarem, de forma complementar ao FEADER, apoiando projetos/iniciativas identificados e com valia
- Valorizando a mobilização dos atores locais nas parcerias/consórcios dos GAL reconhecidos;
- Beneficiando dos mecanismos de governança estabelecidos pelos GAL e fomentando a sua maior simplificação e transparência
- E permitindo, assim, uma implementação mais ágil, rápida e com menos riscos.

Neste sentido, sugere-se a operacionalização deste processo (nível 2) através de um convite exclusivamente dirigido aos Grupos de Ação Local já reconhecidos no Alentejo, com uma articulação em termos temporais com a elaboração da segunda fase do processo de seleção, de modo a que os avisos de concurso para financiar projetos de beneficiários finais (microprojectos), possam ser abertos (quase) em simultâneo.

No que diz respeito ao nível 1. Uma rede de suporte, articulação e de animação, e no sentido de garantir a coerência do instrumento Parcerias para a Coesão Não Urbanas no Alentejo 2030, considera a ESDIME

que os GAL devem ser os polos dessa rede. Tratam-se de estruturas com equipas capacitadas em muitos domínios essenciais ao desenvolvimento local/coesão territorial, com competências no trabalho (gestão/execução) de fundos europeus, com instalações e equipamentos disseminados em todo o território de abrangência do Alentejo 2030, que seria pouco inteligente não aproveitar. Ou seja, o consórcio a constituir deve incluir obrigatoriamente os Grupos de Ação Local (ou as suas entidades gestoras) e a entidade promotora deve assegurar relevância, histórico e representatividade territorial na promoção do desenvolvimento local não apenas na NUT2 Alentejo, mas na área de abrangência do Alentejo 2030, propondo-se a Federação Minha Terra.

Em relação ao nível 3, a ESDIME saúda o que aponta para o apoio a intervenções de nível micro e o enfoque na definição de soluções inovadoras e geradoras de novas competências, serviços e valor nos territórios, mas defende que estas devem estar ancoradas em estratégias de nível superior, ou seja, nos planos de desenvolvimento local supraconcelhios, que por sua vez emanam das Estratégias de Desenvolvimento Local propostas pelos GAL e já aprovadas. Identifica-se ainda a necessidade de clarificação de 2 aspetos: relativamente ao número de intervenções (se os “8 a 10 projetos experimentais de 3 anos” disserem respeito a toda a área de abrangência do Alentejo 2030, é manifestamente insuficiente) e qual a relação destes microprojectos com a ideia de “rede de aldeia de inovação”. Mais uma vez esta coerência pode ser dada pelos planos de desenvolvimento local supraconcelhios. Apela-se ainda à adoção de mecanismos de custos simplificados para estes microprojectos.

De um modo transversal aos três níveis de intervenção, deve ser devidamente definida a adequada repartição das dotações financeiras, salvaguardando condições para retenção (e fixação) de competências e talento nos territórios, de forma a garantir os melhores resultados na sua implementação deste instrumento, no posicionamento da região para responder a outros desafios e a contribuir para o reforço do “ecossistema dos fundos”, com impactos noutras dimensões do Alentejo 2030.

As propostas apresentadas visam introduzir coerência no desenho e implementação do instrumento Parcerias para a Coesão Não Urbanas no Alentejo 2030, contribuir para uma visão integrada das intervenções territoriais e das próprias ferramentas disponíveis, e ainda para, na opinião da ESDIME:

- mitigar o retrocesso na territorialização de medidas de política com o envolvimento da sociedade civil dos territórios rurais, consubstanciado pelo abandono do DLBC multifundo;
- contribuir para concretizar a orientação da Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais da União Europeia e do Pacto Rural Europeu, propostos pela Comissão Europeia, que defendem a articulação de políticas, assim como de áreas governativas, como elementos relevantes para a reversão de processos de declínio e anomia que ameaçam vastas regiões da EU e do país;
- promover um “Portugal territorialmente mais coeso e mais próximo dos cidadãos”, com a participação da sociedade civil organizada e o seu envolvimento no desenho, implementação e monitorização de políticas públicas, numa aproximação a um modelo de governança participativa;
- concretizar um reinvestimento nas dinâmicas de desenvolvimento local nos territórios rurais e uma demonstração de confiança em parcerias territoriais capacitadas e organizadas em rede.

* O presente contributo resulta da auscultação e reflexão participada da rede de associadas da Federação Minha Terra no território de abrangência do Alentejo 2030, cujo resultado se consensualizou neste documento.

Contributo 10

Nome: Marta Cortegano

Tipo de participação: individual

Conteúdo: em primeiro lugar parabenizar a metodologia de preparação do programa e o excelente trabalho resultante. Parece-me que está aqui uma proposta de programa que pode realmente criar disrupção no território. Contudo preocupa-me um pormenor, que se não for corrigido pode boicotar os resultados esperados. A tipologia de promotor descritos em duas das tipologias de projetos sugeridas (Promotor: entidade com relevância local, com histórico e representatividade territorial na promoção do desenvolvimento local) parece-me claramente inibidora do espírito de inovação que se pretende. Honestamente parece-me que num programa com estas características "idade não é posto". Se é verdade que existem no território entidades com este perfil, que se destacam pelo espírito inovador, é bem certo que muita há que podem invocar histórico e representatividade, mas que se comportam como bloqueadores da inovação e da colaboração, usando estes programas para meramente manterem a sua atividade (por vezes moribunda) e os seus recursos humanos, que se arrastam na subsidiodependência e sem capacidade para fazer nada de novo, diferente ou melhor. Quantas entidades com suposta relevância local, histórico e representatividade mantêm a mesma direção de forma opaca, desde que se formaram? Arrastam recursos humanos que não se atualizam nem na forma nem no conteúdo durante décadas? Usam metodologias desadequadas ao território e renitência em entender as mudanças sociais e culturais do Alentejo, do país, do mundo? Ou pior ainda são meramente ferramentas políticas do partido A ou B? Apenas faz sentido ter este tipo de discriminação na tipologia de promotor se houvesse avaliação de resultados das ações destas entidades, que provassem a sua dinâmica no território e capacidade de colaboração e inovação, não pelos milhares de euros gastos em projetos, mas pelos resultados de mudança efetiva que o seu histórico e relevância deveriam mostrar. Histórico de projetos e de atividade, sem resultados e com territórios cada vez mais despovoados não me parece uma qualificação garantida. Contrariamente, muitas das iniciativas disruptivas, que trazem pessoas e resultados inovadores no Alentejo, provêm de outras entidades que são relativamente novas no território (ex: Cooperativa Minga em Montemor-o-Novo, Terra Sintrópica em Mértola, Cooperativa Regenerativa em Odemira, entre muitas outras, e que ademais demonstram saber trabalhar em rede, com entidades públicas e privadas). Não existindo a avaliação atrás sugerida, parece-me bem mais interessante e justo, considerar entidades e consórcios cuja equipa técnica comprovadamente demonstre competências, experiência e resultados na construção e implementação de estratégias de desenvolvimento local, em redes colaborativas e em inovação social. Os GAL com essas competências e qualidades serão excelentes candidatos, mas não os únicos. Esta proposta de alteração ademais, apenas instiga a que todas as entidades (GAL, ADL e outros) trabalhem para serem mais efetivos e mais inovadores no que fazem. Enquanto se promoverem financiamentos a que os GAL podem aceder por direito próprio e na teoria que histórico é posto, continuaremos a ter GAL sem qualquer capacidade de inovação e de disrupção.

Contributo 11

Nome: Nuno Vaz da Silva

Tipo de participação: individual

Conteúdo: vou deixar o meu contributo cívico e completamente apartidário:

1- Capacidade de atração de investimento

As regiões e as localidades competem entre si pela capacidade de atrair investimento, seja investimento público, europeu ou privado. Na vizinha Espanha, as localidades do interior reinventam-se, criam fatores de atratividade, pela história, pela gastronomia, pelos ecossistemas ou pelas redes que conseguem criar. Em Portugal mais parece que é um fardo não se estar no Litoral, como se estar a 200km do mar ou a meia dúzia de km de cidades como Badajoz, Mérida ou Cáceres fosse uma coisa má....

2- Capacidade de atrair pessoas

Apesar de estar diretamente relacionada com o primeiro, este fator é mais abrangente. Implica ter serviços de saúde, cultura, educação, atividades e cuidados para crianças e idosos. Nisso as aldeias perderam bastante. Perderam escolas, fecharam mercearias, cafés e os grupos desportivos e culturais viraram trampolins políticos ou clubes de futebol

3- Criatividade

Não há desenvolvimento sem ideias arrojadas. Hoje as aldeias copiam-se umas às outras. Todas têm o seu baloiço para fotos e os planos estratégicos municipais são todos iguais porque há empresas de longe que se especializaram em ganhar dinheiro com isso. Ora, está totalmente errado porque se desaproveita o conhecimento, a cultura e os costumes locais que dão autenticidade e verdadeiramente cativam mais pessoas e empresas

4 - Acessos

No séc. XXI ainda temos capitais de distrito como Portalegre que não tem autoestrada, não tem acesso rápido a Espanha e tem o comboio a 12 km e que é super ineficaz...mais palavras para quê? Comparemos a evolução de Castelo e Branco e Portalegre nos últimos 30 anos e vejamos as diferenças (Castelo de Branco progrediu e Portalegre perdeu pessoas, serviços, empresas, indústria...e as responsabilidades ficaram por apurar)

5- Oportunidades

Fala-se muito das pessoas que se perdem para o litoral e para o estrangeiro, mas pouco se tem feito para as trazer de volta. Não há oportunidades, não há apoios... Muitos dos locais têm inclusive receio de quem vem de fora afete a qualidade de vida e o status quo local. Deviam existir programas de intercambio e de troca de conhecimentos e experiências para benefício de todos.

6- Perda de poder político

Distritos como Portalegre com 2 deputados têm uma crescente perda de representatividade no poder nacional, logo na distribuição de investimento público. Deveria existir um coeficiente de orçamento para as assimetrias locais